

**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A**  
**BANDES**

**SÍNTESE DO OBJETO E PROCEDIMENTOS**

**Pregão BANDES Eletrônico:** 2021/002

**Processo Administrativo:** 023/2021

**UASG:** 926968

**Critério de Julgamento:** Menor Preço Global

**Regime de Contratação:** Contratação por Preço Global

**Objeto**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, Fundo Garantidor De Parcerias Público–Privadas – FGP-ES e Fundo de Aval Bandes referentes aos exercícios sociais de 2021 e 2022 (datas-bases: 30/06 e 31/12), nos termos das especificações técnicas descritas neste edital e seus anexos, nas normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Documentos Habilitatórios
ANEXO III	Apresentação da Proposta de Preços
ANEXO IV	Declaração
ANEXO V	Declaração de Equipe Técnica Mínima
ANEXO VI	Minuta do Contrato

**Início de Recebimento das Propostas**

**Data:** 05/05/2021

**Horário:** 14h

**Início da Sessão Pública de Disputa de Preços**

**Data:** 26/05/2021

**Horário:** 14h

**Local**

Portal Compras Governamentais - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**Consulta ao Edital e Divulgação de Informações**

O edital, avisos, eventuais alterações, decisões e versões digitalizadas de documentos produzidos ficarão disponíveis nos sites [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br).

**SUMÁRIO**

<b>1.</b>	<b>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b>	<b>3</b>
<b>2.</b>	<b>DO OBJETO</b>	<b>4</b>
<b>3.</b>	<b>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>4</b>
<b>4.</b>	<b>DO SUPORTE LEGAL</b>	<b>4</b>
<b>5.</b>	<b>DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES</b>	<b>5</b>
<b>6.</b>	<b>DO CREDENCIAMENTO</b>	<b>5</b>
<b>7.</b>	<b>DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO</b>	<b>6</b>
<b>8.</b>	<b>DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA</b>	<b>8</b>
<b>9.</b>	<b>DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS</b>	<b>9</b>
<b>10.</b>	<b>DA NEGOCIAÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>11.</b>	<b>DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA</b>	<b>12</b>
<b>12.</b>	<b>DA HABILITAÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>13.</b>	<b>DOS RECURSOS</b>	<b>15</b>
<b>14.</b>	<b>DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	<b>15</b>
<b>15.</b>	<b>DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>16.</b>	<b>DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>17.</b>	<b>DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</b>	<b>17</b>
<b>18.</b>	<b>DA CONDUTA ÉTICA DO LICITANTE E DO BANDES</b>	<b>18</b>
<b>19.</b>	<b>DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	<b>18</b>
	<b>ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA</b>	<b>20</b>
	<b>ANEXO II – DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS</b>	<b>32</b>
	<b>ANEXO III - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS</b>	<b>36</b>
	<b>ANEXO IV – DECLARAÇÃO</b>	<b>39</b>
	<b>ANEXO V - DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA</b>	<b>40</b>
	<b>ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO</b>	<b>41</b>
	<b>ANEXO ÚNICO DO CONTRATO</b>	<b>52</b>

## PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2021/002

### EDITAL

O **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A**, instituição financeira constituída sob a forma jurídica de sociedade anônima de economia mista, com sede na Av. Princesa Isabel, 54, Centro – Vitória/ES, a seguir denominado simplesmente **BANDES**, por intermédio da Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade Pregão BANDES Eletrônico, doravante apenas Pregão, por menor preço global para o grupo de itens, em sessão pública, por meio do sistema Compras Governamentais - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e observando-se as condições estabelecidas neste Edital e nos Anexos que o integram.

### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por colaborador do BANDES, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema Compras Governamentais - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 1.3. As empresas interessadas em participar do certame deverão retirar o Edital no site [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br) ou no Portal Compras Governamentais - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), ficando obrigadas a acompanhar as publicações referentes à licitação nestes endereços eletrônicos, como também no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, tendo em vista a possibilidade de alterações e avisos sobre o procedimento.
- 1.4. INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:  
  
**Data: 05/05/2021**  
**Horário: 14h**
- 1.5. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:  
  
**Data: 26/05/2021**  
**Horário: 14h**
- 1.6. As dúvidas, pedidos de esclarecimentos e impugnações acerca do presente Edital deverão ser encaminhadas à Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos, por meio do e-mail: [pregao@bandes.com.br](mailto:pregao@bandes.com.br), até o dia **19/05/2021, às 18h**.
- 1.7. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 1.8. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do BANDES.

## 2. DO OBJETO

- 2.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, Fundo Garantidor De Parcerias Público–Privadas – FGP-ES, Fundo de Aval Bandes e Banco Interamericano de Desenvolvimento, referentes aos exercícios sociais de 2021 e 2022 (datas-bases: 30/06 e 31/12), nos termos das especificações técnicas descritas neste edital e seus anexos, nas normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
- 2.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por um único item, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para o item que o compõe.
- 2.3. O critério de julgamento adotado será o **“menor preço” relativo ao valor global.**
- 2.4. As especificações e detalhamentos do objeto estão contidos no Anexo I (Termo de Referência), do Edital deste Pregão.

## 3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 3.1. O objeto do Pregão será executado em regime de Contratação por Preço Global.
- 3.2. O critério de julgamento das propostas será o **“menor preço” relativo ao valor global.**
- 3.3. O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, admitidas prorrogações nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.
- 3.4. **O preço unitário e global máximo admitido para o presente processo licitatório é sigiloso e será informado após a fase de lances e antes da negociação.**
- 3.5. Integram o presente Edital:
  - a. Anexo I – Termo de Referência;
  - b. Anexo II – Documentos Habilitatórios;
  - c. Anexo III – Apresentação da Proposta de Preços;
  - d. Anexo IV – Declaração;
  - e. Anexo V – Declaração de Equipe Técnica Mínima
  - f. Anexo VI – Minuta do Contrato.
- 3.6. As despesas com a execução do objeto contratado provêm de recursos próprios do BANDES.

## 4. DO SUPORTE LEGAL

- 4.1. A legislação que regula esta licitação e os documentos que a instruem são os seguintes:
  - a. Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016;
  - b. Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, disponível em [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br);
  - c. Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócio do BANDES disponível em [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br);

- d. Política de Transação com Partes Relacionadas do BANDES, disponível em [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br);
- e. Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, no que couber;
- f. Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e alterações);
- g. Lei Federal nº 12.846/2013, de 01/08/2013 (Lei Anticorrupção);
- h. Aviso de Licitação;
- i. Edital de Licitação;
- j. Minuta do Contrato;
- k. Anexos do Edital.

## 5. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 5.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados exclusivamente para o endereço eletrônico [pregao@bandes.com.br](mailto:pregao@bandes.com.br), devendo ser informados, no campo “assunto”, a modalidade e o número deste Pregão.
- 5.2. Até o 5º dia útil antes da data fixada para a abertura da sessão pública, estabelecida no item 1.6, qualquer pessoa poderá impugnar o instrumento convocatório ou solicitar esclarecimentos acerca deste Pregão. Não serão conhecidas as impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentados fora do prazo estipulado no item 1.6.
- 5.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, julgar e responder à impugnação ou dar as respostas aos pedidos de esclarecimentos em até 03 (três) dias úteis contados da interposição.
- 5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  - 5.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 5.5. Caso se verifique a necessidade de um aprofundamento maior de questão levantada pelo questionamento, impugnação ou a necessidade de alteração no instrumento convocatório, o Pregoeiro providenciará, em prazo hábil, o adiamento ou a suspensão da sessão pública.
- 5.6. Na hipótese do Pregoeiro não decidir a impugnação ou não responder o pedido de esclarecimentos até a data fixada para a entrega das propostas, o Pregão deverá ser adiado, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.
- 5.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 5.8. Se a impugnação for julgada improcedente, o Pregoeiro deverá comunicar a decisão diretamente ao impugnante, dando seguimento à licitação.
- 5.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e no site do BANDES, [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br) e vincularão os participantes e o BANDES.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

- 6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do BANDES por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 7.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 7.3. Não poderá participar desta licitação o interessado:
- I. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja conselheiro, diretor ou empregado do BANDES;
  - II. Que esteja cumprindo pena de suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pelo BANDES;
  - III. Que tenha sido declarado impedido de licitar e contratar com os órgãos, entidades e ou empresas públicas integrantes da Administração Pública do Estado do Espírito Santo, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
  - IV. Que tenha sido declarado inidôneo pela União, por Estados ou pelo Distrito Federal;
  - V. Que seja constituído por sócio de empresa que estiver suspenso, impedido ou declarado inidôneo, nos mesmos âmbitos dos incisos II, III e IV;
  - VI. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, nos mesmos âmbitos dos incisos II, III e IV;
  - VII. Que seja constituído por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, nos mesmos âmbitos dos incisos II, III e IV, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
  - VIII. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
  - IX. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa

declarada inidônea, no mesmo âmbito do inciso IV;

X. Colaborador ou diretor do BANDES;

XI. Que tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- a. Diretor do BANDES;
- b. Colaborador do BANDES cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- c. Governador do Estado do Espírito Santo;

XII. Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o BANDES há menos de 06 (seis) meses.

XIII. Empresas que estejam em falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, processo de dissolução ou liquidação. Nos casos de recuperação judicial, os interessados poderão participar da licitação, desde que apresente certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório.

XIV. Esteja organizado sob a forma de consórcio.

7.4. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

7.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

7.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

7.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

7.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

7.5.3. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícia.

7.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

7.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

7.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

7.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

7.5.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

7.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.9. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.9.1. **VALOR GLOBAL do item conforme especificações deste Edital e seus Anexos;**

8.9.2. **Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.**

8.9.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.9.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



- 8.11. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de proposta de preços, conforme anexo deste Edital.
- 8.12. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 8.12.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 8.12.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 8.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.
- 8.14. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.15. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 8.16. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 8.16.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Anexo I (Termo de Referência).
- 9.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.
- 9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- 9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5.1. A disputa será pelo **VALOR GLOBAL** do item.
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.
- 9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante **não poderá ser inferior a vinte (20) segundos** e o intervalo entre lances **não poderá ser inferior a três (3) segundos**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.19. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de

maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 9.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
  - 9.26.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
    - 9.26.1.1. Prestados por empresas brasileiras;
    - 9.26.1.2. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
    - 9.26.1.3. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 9.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## 10. DA NEGOCIAÇÃO

- 10.1. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro divulgará, pelo chat do sistema eletrônico, o preço máximo aceitável para contratação pelo BANDES.
- 10.2. O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, conforme Art. 67 do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 10.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo constante do Anexo III (Apresentação da Proposta de Preços) deste Edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

- 10.4.1. O prazo para apresentação da proposta final será informado no chat pelo Pregoeiro e não será superior a 02 (duas) horas.
- 10.4.2. A proposta deve ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.4.3. A proposta deve conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante, para fins de pagamento.
- 10.4.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com 02 (duas) casas decimais depois da vírgula, o valor unitário e o valor global em algarismos e por extenso.
- 10.4.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis no sistema.
- 10.8. **Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior aos preços máximos unitários e/ou global, divulgados conforme item 10.1, aceito pelo BANDES para contratação.**
- 10.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.11. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 11.2. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 11.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:
  - 11.3.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
  - 11.3.2. Contenha vício insanável ou ilegalidade;

- 11.3.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 11.3.4. Apresentar preço unitário e/ou global superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
  - 11.3.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
    - a. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
    - b. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 11.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
  - 11.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de até 02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
  - 11.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
  - 11.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 11.6. Todos os dados informados pelo licitante em sua Proposta de Preços deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 11.7. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Proposta de Preços com aqueles praticados no mercado.
- 11.8. Erros no preenchimento da proposta ou planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
  - 11.8.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.
- 11.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

- 11.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma. Nos termos do parágrafo único do art. 47 do Decreto 10.024, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24 horas de antecedência.
- 11.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 11.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 12. DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 12.1.1. Cadastro do BANDES, para verificação dos impedimentos listados no item 7.3 deste Edital;
  - 12.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
  - 12.1.3. Consulta de Fornecedores com Sanções no Portal Compras ES do Governo do Estado do Espírito Santo (<https://compras.es.gov.br/>);
  - 12.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
  - 12.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 12.2. No caso de inabilitação por descumprimento das condições de participação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 12.3. Não havendo motivos para inabilitação por descumprimento das condições de participação, o Pregoeiro iniciará a análise dos documentos habilitatórios.
- 12.4. Conforme o disposto no item 8 deste edital, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada no Anexo II (Documentos Habilitatórios), para fins de habilitação, no momento de cadastramento da proposta, conforme Decreto Federal 10.024/2019, ressalvado os documentos que constam no SICAF.
- 12.5. A licitante que já estiver cadastrada no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensada de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.
- 12.6. A verificação se dará mediante consulta online, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e

anexado ao processo.

- 12.7. Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada neste item 11.5, o Pregoeiro assinalará o prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária por meio da opção “ENVIO DE ANEXOS”.
- 12.8. Rejeitada a documentação de habilitação, o Pregoeiro inabilitará o Licitante e convocará os demais Licitantes, na ordem de classificação, para exame de sua proposta de preço, negociação e análise de documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e seus Anexos.
- 12.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### 13. DOS RECURSOS

- 13.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
  - 13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - 13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
  - 13.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **05 (cinco) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.3. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, cabendo a este reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis e fazê-lo subir à Autoridade Competente, devidamente informado, devendo a decisão final ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 13.6. As decisões dos recursos serão divulgadas nos sites [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br).

### 14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
  - 14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado



vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Após a declaração do licitante vencedor, decorrido o prazo para recurso sem a sua apresentação, o Pregoeiro viabilizará a adjudicação do objeto do presente certame ao licitante vencedor ou, caso contrário, decididos os recursos, o objeto da licitação será adjudicado pela Autoridade Competente.

15.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro ou, quando houver recurso, pela própria Autoridade Competente.

15.3. A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.

15.4. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o adjudicatário será convocado para retirar o contrato no prazo e condições definidos no subitem 16.1 deste Edital.

15.5. A homologação da licitação será divulgada nos sites [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br).

## 16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. Homologado o procedimento licitatório, o Licitante vencedor, através de seu representante legal, será convocado, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contados do recebimento da convocação, para assinar o termo de Contrato observada minuta constante do Anexo VI (Minuta do Contrato) deste Edital, sob pena de decadência do direito à contratação.

16.1.1. O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada da Licitante vencedora e a critério do BANDES.

16.1.2. Previamente à contratação, o BANDES realizará consulta "online" ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujo resultado será anexado aos autos do processo.

16.1.2.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.1.2.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.1.3. A convocação para assinar o termo de Contrato ocorrerá por e-mail ou correspondência postal com



aviso de recebimento (AR).

- 16.2. O Licitante vencedor deverá ainda, após convocado e no prazo concedido pelo BANDES, comprovar o cumprimento das condições prévias à assinatura do instrumento contratual, atendendo a exigência prevista no item 6 do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.
- 16.2.1. Fica dispensada a apresentação de documentação caso a exigência já tenha sido cumprida no momento da habilitação da empresa licitante.
- 16.2.2. O BANDES poderá fazer as diligências que entender necessárias para certificação do cumprimento da exigência.
- 16.3. Na hipótese de recusa ou inércia do Licitante na apresentação das condições de contratação ou em assinar o Contrato, no prazo e condições estabelecidos, ou não atendimento das condições de contratação, a sessão pública será retomada para que o Pregoeiro providencie a exclusão do Licitante da licitação, convocando, em seguida, o próximo colocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.
- 16.4. A recusa em assinar o contrato dentro do prazo previsto é considerada falta de natureza grave, ensejando o Licitante vencedor à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BANDES, conforme as disposições sobre sanções deste Edital e seus Anexos.
- 16.5. Poderá ser solicitado ao Licitante vencedor que atualize as certidões exigidas na fase de habilitação, se o prazo de validade expirar durante o curso da licitação.
- 16.6. As regras e condições contratuais estão integralmente previstas no Anexo V (Minuta de Contrato) deste Edital.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 17.1. Comete infração administrativa, o licitante/adjudicatário que:
- I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o BANDES em virtude de atos ilícitos praticados;
  - IV. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
  - V. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - VI. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
  - VII. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
  - VIII. Não mantiver a proposta;
  - IX. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.
- 17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

- 17.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 17.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - 17.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 17.3.3. Suspensão de licitar e contratar com o BANDES pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 17.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 17.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o BANDES poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 17.6. Somente será aplicada sanção mediante procedimento administrativo licitatório, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, pelo qual será assegurado prazo de até 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e a ampla defesa.
- 17.7. A decisão será comunicada por escrito ao Licitante, dela cabendo recurso, dirigido à Autoridade Competente que proferiu a decisão, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.
- 17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao BANDES, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.9. As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no site do BANDES na Internet.
- 17.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

## **18. DA CONDUTA ÉTICA DO LICITANTE E DO BANDES**

- 18.1. O Licitante e o BANDES comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental, conforme estabelecido no Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócio do BANDES.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 19.1. A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites fixados pela Lei nº 13.303/2016.
- 19.1.1. Caso seja verificada, após a abertura da sessão pública, a intenção de se revogar ou anular a licitação, será concedido prazo aos Licitantes para contestar o ato e exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 19.2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 19.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 19.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico,

assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

- 19.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 19.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do BANDES, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o BANDES não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do BANDES.
- 19.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.12. Em razão da desclassificação de todas as propostas ou lances e/ou da inabilitação de todos os participantes, a presente licitação poderá restar fracassada.
- 19.13. Em razão da ausência de interessados, a presente licitação poderá restar deserta.
- 19.14. A qualquer tempo o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante, com o fim de obter proposta mais vantajosa.
- 19.15. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 19.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Princesa Isabel, 54, 9º Andar, Centro, Vitória, ES, nos dias úteis, no horário das 12 horas às 18 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 19.17. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Edital ou o contrato de prestação de serviços vinculado a esta licitação, a empresa licitante deve se subordinar ao foro de Vitória/ES, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que possa ser.

Vitória, 04 de maio de 2021.

**Núcleo de Licitações e Serviços  
Gerência de Recursos Humanos e  
Serviços Administrativos**

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2021/002

#### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

- 1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, Fundo Garantidor De Parcerias Público-Privadas – FGP-ES e Fundo de Aval Bandes, referentes aos exercícios sociais de 2021 e 2022 (datas-bases: 30/06 e 31/12), nos termos das especificações técnicas descritas abaixo, nas normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

#### 2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A referida contratação se justifica em função da natureza continuada dos serviços de auditoria independente imposta por força de leis e decretos federais e estaduais, normativos do Banco Central do Brasil, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Conselho Monetário Nacional (CMN), conforme Resolução nº 3.198/2004, que exige que as demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), sejam auditadas por Auditores Independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- 2.2. O artigo 9º da Resolução nº 3.198/2004 define também que BANDES deve substituir o responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de Auditoria Independente, depois de emitidos pareceres relativos à, no máximo, cinco exercícios sociais completos.
- 2.3. Além disso, o contrato atual atingirá o limite previsto no art. 57 da Lei 8.666/93 de 60 meses em 2021, não há mais possibilidade de prorrogação contratual.

#### 3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

##### 3.1. BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A

- 3.1.1. Auditoria semestral e anual das Demonstrações Financeiras do BANDES, inclusive Notas Explicativas, e Relatório de Auditoria circunstanciado das referidas demonstrações, de acordo com os normativos vigentes dos órgãos reguladores, bem como das práticas contábeis aplicadas no Brasil (BRGAAP):
- 3.1.2. O auditor independente deve elaborar, como resultado dos trabalhos de auditoria, os seguintes relatórios semestrais e anuais:
- 3.1.2.1. Relatório de Auditoria, expressando sua opinião sobre as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas (datas-bases 30/06 e 31/12).
- 3.1.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (datas-bases 30/06 e 31/12).
- 3.1.2.3. Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, evidenciando as deficiências identificadas, nos termos da Resolução CMN nº 3.198/04 e das Circulares BACEN nº 3.467/09, e nº 3.482/10 e outras normas aplicáveis (datas-bases 30/06 e 31/12).

- 3.1.2.4. Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de processamento eletrônico de dados e data center (local e/ou nuvem), evidenciando as deficiências identificadas, nos termos da Resolução CMN nº 3.198/04 e das Circulares BACEN nº 3.467/09, e nº 3.482/10 e outras normas aplicáveis (datas-bases 30/06 e 31/12).
- 3.1.2.5. Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação do sistema de gerenciamento de riscos, evidenciando as deficiências identificadas, nos termos da Resolução CMN nº 3.198/04 e das Circulares BACEN nº 3.467/09, e nº 3.482/10 e outras normas aplicáveis (datas-bases 30/06 e 31/12).
- 3.1.2.6. Relatório circunstanciado de revisão dos critérios adotados pela instituição quanto à classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis (datas-bases 30/06 e 31/12).

## **3.2. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO – FUNDES**

- 3.2.1. Auditoria anual das Demonstrações Financeiras do FUNDES, inclusive Notas Explicativas, e Relatório de Auditoria circunstanciado das referidas demonstrações, de acordo com os normativos vigentes dos órgãos reguladores, bem como das práticas contábeis aplicadas no Brasil (BRGAAP):
- 3.2.2. O auditor independente deve elaborar, como resultado dos trabalhos de auditoria, os seguintes relatórios anuais:
  - 3.2.2.1. Relatório de Auditoria, expressando sua opinião sobre as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas (data-base 31/12).
  - 3.2.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (data-base 31/12).

## **3.3. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES**

- 3.3.1. Auditoria anual das Demonstrações Financeiras do FUNDEPAR, inclusive Notas Explicativas, e Relatório de Auditoria circunstanciado das referidas demonstrações, de acordo com os normativos vigentes dos órgãos reguladores, bem como das práticas contábeis aplicadas no Brasil (BRGAAP):
- 3.3.2. O auditor independente deve elaborar, como resultado dos trabalhos de auditoria, os seguintes relatórios anuais:
  - 3.3.2.1. Relatório de Auditoria, expressando sua opinião sobre as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas (data-base 31/12).
  - 3.3.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (data-base 31/12).

## **3.4. FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS – FGP-ES**

- 3.4.1. Auditoria anual das Demonstrações Financeiras do FGP-ES, inclusive Notas Explicativas, e Relatório de Auditoria circunstanciado das referidas demonstrações, de acordo com os normativos vigentes dos órgãos reguladores, bem como das práticas contábeis aplicadas no Brasil (BRGAAP):
- 3.4.2. O auditor independente deve elaborar, como resultado dos trabalhos de auditoria, os seguintes relatórios anuais:
  - 3.4.2.1. Relatório de Auditoria, expressando sua opinião sobre as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas (data-base 31/12).
  - 3.4.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações

Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (data-base 31/12).

### 3.5. FUNDO DE AVAL BANDES

3.5.1. Auditoria anual das Demonstrações Financeiras do Fundo de Aval Bandes, inclusive Notas Explicativas, e Relatório de Auditoria circunstanciado das referidas demonstrações, de acordo com os normativos vigentes dos órgãos reguladores, bem como das práticas contábeis aplicadas no Brasil (BRGAAP):

3.5.2. O auditor independente deve elaborar, como resultado dos trabalhos de auditoria, os seguintes relatórios anuais:

3.5.2.1. Relatório de Auditoria, expressando sua opinião sobre as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas (data-base 31/12).

3.5.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (data-base 31/12).

### 3.6. REVISÃO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS, MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS

3.6.1. Relatório anual de auditoria da revisão dos valores e critérios adotados para determinação das bases de cálculo, valores apurados e pagos de tributos, encargos sociais, contribuições e créditos tributários vigentes e que vierem a ser instituídas durante este contrato, evidenciando as deficiências identificadas à luz da legislação tributária aplicável.

3.6.2. Relatório anual de auditoria sobre as obrigações tributárias acessórias federais, estaduais e municipais devidas pelo Bandes, vigentes e que vierem a ser instituídas durante este contrato, evidenciando as deficiências identificadas à luz da legislação tributária aplicável na vigência do contrato.

3.6.3. Relatório anual de auditoria sobre a Escrituração Contábil Fiscal – ECF e Escrituração Contábil Digital elaborada pelo BANDES, antes do seu efetivo envio à Receita Federal do Brasil.

### 3.7. Consultas, em quantidade de até 5 (cinco), acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas as áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária, sem compromisso de formulação mínima de consultas.

3.7.1. Os relatórios deverão conter comentários sobre as constatações decorrentes da revisão que tenham consequências financeiras para o contratante, bem como recomendações para a adoção de medidas corretivas cabíveis.

## 4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A data-base e os prazos de entrega dos serviços estão definidos no quadro a seguir:

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES			
Serviço	Relatório	Data-Base	Prazo Máximo de Entrega
1. Auditoria do 1º Semestre das Demonstrações Contábeis.	1.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	30-jun	15-ago
	1.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	30-jun	29-ago
2. Avaliação do 1º Semestre da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04, Circular (BACEN) nº 3.467/09, e outras normas aplicáveis.	2.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos	30-jun	10-ago
	2.2 Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de processamento eletrônico de dados e data center (local e/ou nuvem)	30-jun	10-ago
	2.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos	30-jun	10-ago

3. Revisão do 1º Semestre de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99, e outras normas aplicáveis	3.1 Relatório Semestral Circunstanciado	30-jun	30-set
4. Auditoria do 2º Semestre e Anual das Demonstrações Contábeis.	4.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	31-dez	19-fev
	4.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	31-dez	1-mar
5. Avaliação do 2º Semestre da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	5.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos	31-dez	10-fev
	5.2 Relatório sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados	31-dez	10-fev
	5.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos	31-dez	10-fev
6. Revisão do 2º Semestre de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	6.1 Relatório Semestral Circunstanciado	31-dez	31-mar
7. Revisão das obrigações fiscais e tributárias, municipais, estaduais e federais.	7.1 Relatório anual de auditoria da revisão dos valores e critérios adotados para determinação das bases de cálculo, valores apurados e pagos de tributos, encargos sociais, contribuições e créditos tributários.	31-dez	10-fev
	7.2 Relatório anual de auditoria sobre as obrigações tributárias acessórias federais, estaduais e municipais devidas pelo Bandes.	31-dez	10-fev
	7.3. Relatório anual de auditoria sobre a Escrituração Contábil Fiscal – ECF e Escrituração Contábil Digital elaborada pelo BANDES, antes do seu efetivo envio à Receita Federal do Brasil.	31-dez	10-jun

Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES			
Serviço	Relatório	Data-Base	Prazo Máximo de Entrega
8. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	8.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	31-dez	19-fev
	8.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	31-dez	19-fev

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES			
Serviço	Relatório	Data-Base	Prazo Máximo de Entrega
9. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	9.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	31-dez	19-fev
	9.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	31-dez	19-fev

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FGP			
Serviço	Relatório	Data-Base	Prazo Máximo de Entrega
10. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	10.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	31-dez	19-fev
	10.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	31-dez	19-fev



Fundo de Aval Bandes			
Serviço	Relatório	Data-Base	Prazo Máximo de Entrega
11. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	11.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	31-dez	19-fev
	11.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	31-dez	19-fev

- 4.2. O prazo máximo de entrega dos relatórios aplica-se à versão preliminar em arquivo digital. A versão definitiva deverá ser entregue em até 05 dias úteis após manifestação do BANDES.
- 4.3. O Prazo Máximo de Entrega do Relatório poderá ser prorrogado a critério do BANDES. A CONTRATADA também poderá solicitar prorrogação dos prazos máximos de entrega, em pedido fundamentado por escrito. A anuência ao pedido de prorrogação da contratada fica a critério do BANDES.

## 5. DOS VALORES

- 5.1. Os percentuais de faturamento sobre o valor global e os valores unitários dos serviços estão definidos no quadro a seguir:

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
1. Auditoria do 1º Semestre das Demonstrações Contábeis.	1.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	4,67	
	1.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	4,67	
2. Avaliação do 1º Semestre da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04, Circular (BACEN) nº 3.467/09, e outras normas aplicáveis.	2.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos	4,67	
	2.2 Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de processamento eletrônico de dados e data center (local e/ou nuvem)	4,67	
	2.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos	4,67	
3. Revisão do 1º Semestre de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99, e outras normas aplicáveis	3.1 Relatório Semestral Circunstanciado	4,67	
4. Auditoria do 2º Semestre e Anual das Demonstrações Contábeis.	4.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	4,67	
	4.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	4,67	
5. Avaliação do 2º Semestre da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	5.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos	4,67	
	5.2 Relatório sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados	4,67	
	5.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos	4,67	



6. Revisão do 2º Semestre de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	6.1 Relatório Semestral Circunstanciado	4,67	
7. Revisão das obrigações fiscais e tributárias, municipais, estaduais e federais.	7.1 Relatório anual de auditoria da revisão dos valores e critérios adotados para determinação das bases de cálculo, valores apurados e pagos de tributos, encargos sociais, contribuições e créditos tributários.	4,67	
	7.2 Relatório anual de auditoria sobre as obrigações tributárias acessórias federais, estaduais e municipais devidas pelo Bandes.	4,67	
	7.3. Relatório anual de auditoria sobre a Escrituração Contábil Fiscal – ECF e Escrituração Contábil Digital elaborada pelo BANDES, antes do seu efetivo envio à Receita Federal do Brasil.	4,67	
Subtotal		68,60	

Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
8. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	8.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	5,54	
	8.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	5,54	
Subtotal		11,08	

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
9. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	9.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	4,71	
	9.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	4,71	
Subtotal		9,42	

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FGP			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
10. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	10.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	2,37	
	10.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	2,37	
Subtotal		4,74	

Fundo de Aval Bandes			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
11. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	11.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	2,36	
	11.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	2,36	
Subtotal		4,72	

- 5.2. O BANDES pagará exclusivamente o valor dos serviços efetivamente realizados, podendo inclusive haver supressão do contrato daqueles relatórios que eventualmente deixem de ser necessários, por motivos normativos, legais ou devido ao encerramento das atividades de alguma das instituições.

## 6. EQUIPE DE TRABALHO

- 6.1. Os serviços de que tratam o presente edital deverão ser executados direta e pessoalmente pelos mesmos profissionais integrantes da equipe técnica constante da documentação apresentada para contratação.
- 6.2. Na hipótese de modificação da constituição da equipe técnica durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá submeter ao BANDES a solicitação de alteração de sua composição, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, para aprovação formal, e mediante apresentação para exame e avaliação do BANDES da documentação relativa aos novos componentes da equipe técnica, conforme exigido na contratação, em compatibilidade com o objeto deste Edital.
- 6.3. A substituição de qualquer profissional no curso do contrato está condicionada à autorização do Contratante, e somente será admitida por substituto de perfil profissional igual ou superior ao do profissional substituído;
- 6.4. A CONTRATADA deverá apresentar, para exame e avaliação do BANDES, a documentação relativa aos novos componentes da equipe técnica, conforme exigido na contratação, em compatibilidade com o objeto deste Edital.
- 6.5. Todos os profissionais indicados deverão possuir formação acadêmica de nível superior.
- 6.6. A equipe técnica mínima será composta por 06 (seis) profissionais conforme a seguir:

Profissional/ Responsabilidade	Quantidade Mínima	Requisitos Mínimos
Responsável Técnico  Responsável pelos relatórios elaborados pela Equipe Técnica	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação Superior em Curso de Graduação de Ciências Contábeis;</li> <li>Experiência mínima de 02 (dois) anos como responsável técnico em auditoria de instituições financeiras enquadradas como bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos múltiplos, caixa econômica federal.</li> </ul>
Gerente  Responsável pelo gerenciamento da equipe de Auditoria Independente	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação Superior em Curso de Graduação de Ciências Contábeis;</li> <li>Experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação de serviços de auditoria de instituições financeiras enquadradas como bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos múltiplos, caixa econômica federal.</li> </ul>
Auditor  Especialista em Auditoria Independente em Instituições Financeiras	02	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação Superior em Curso de Graduação de Ciências Contábeis;</li> <li>Experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação de serviços de auditoria de instituições financeiras enquadradas como bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos múltiplos, caixa econômica federal.</li> </ul>
Auditor Especialista em Auditoria Independente de Tecnologia da Informação	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação Superior em Curso de Graduação de Tecnologia da Informação ou áreas afins;</li> <li>Experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação de serviços de auditoria em Tecnologia da Informação.</li> </ul>
Auditor Especialista em Auditoria Independente Fiscal/Tributária	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação Superior em Curso de Graduação de Ciências Contábeis;</li> <li>Experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação de serviços de auditoria Fiscal/Tributária e/ou consultoria tributária de instituições financeiras enquadradas como bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos múltiplos, caixa econômica federal.</li> </ul>

- 6.7. É vedada a participação na equipe técnica da CONTRATADA de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, envolvido na execução dos trabalhos de auditoria da CONTRATANTE,

após emitidos pareceres relativos aos últimos cinco exercícios sociais completos e consecutivos.

- 6.8. O retorno do responsável técnico, diretor gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria pode ser efetuado depois de decorridos três anos, contados a partir da data de sua substituição.
- 6.9. O Responsável Técnico deverá ser o representante da CONTRATADA que assinará os pareceres e relatórios;
- 6.9.1. O Responsável Técnico deverá ainda participar de reuniões das Assembleias Gerais de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria do Contratante sempre que for convocado, observando-se, ainda, as obrigatoriedades de comparecimento às reuniões em cumprimento às disposições estabelecidas na legislação.
- 6.10. Previamente à assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar a indicação dos integrantes da Equipe Técnica, conforme modelo constante do Anexo V, juntamente com a documentação comprobatória dos requisitos mínimos de certificação, qualificação, experiência e vínculo de natureza profissional, indicados no quadro a seguir:

Profissional/ Responsabilidade	Quantidade Mínima	Documentos Comprobatórios
<b>Responsável Técnico</b> Responsável pelos relatórios elaborados pela Equipe Técnica	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, válida na data do certame;</li> <li>• Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI;</li> <li>• Registro de Auditor Independente na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme Instrução CVM nº 308, de 14/05/1999 e alterações posteriores;</li> <li>• Atestado de Capacidade Técnica.</li> </ul>
<b>Gerente</b> Responsável pelo gerenciamento da equipe de Auditoria Independente	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, válida na data do certame;</li> <li>• Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI;</li> <li>• Atestado de Capacidade Técnica.</li> </ul>
<b>Auditor</b> Especialista em Auditoria Independente em Instituições Financeiras	02	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, válida na data do certame;</li> <li>• Atestado de Capacidade Técnica.</li> </ul>
<b>Auditor</b> Especialista em Auditoria Independente de Tecnologia da Informação	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certificado de conclusão de graduação em curso superior na área de Tecnologia da Informação ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação, Especialização ou MBA na área de Tecnologia da Informação, devidamente registrado no MEC;</li> <li>• Atestado de Capacidade Técnica.</li> </ul>
<b>Auditor</b> Especialista em Auditoria Independente Fiscal/Tributária	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, válida na data do certame;</li> <li>• Atestado de Capacidade Técnica.</li> </ul>

- 6.11. A Contratada deverá apresentar ainda: Cópia da Carteira de Trabalho, contrato social ou outro documento que comprove vínculo de natureza profissional, ou ainda, declaração de contratação futura do profissional apresentado, acompanhada de declaração de anuência do profissional.
- 6.12. A CONTRATADA é responsável pelas obrigações e exigências contidas na Resolução do CMN nº 3198/2004 relativamente à equipe técnica indicada para a prestação dos serviços ao BANDES.

6.13. A comprovação da experiência profissional dos profissionais indicados será feita mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por instituições financeiras conforme item 12.1.4, que comprove(m) que o profissional atuou na função compatível com o perfil exigido no item Equipe Técnica.

6.13.1. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) ser firmados por dirigente da(s) instituições auditadas, identificado, no mínimo, por nome, telefone de contato e cargo ou função exercida.

6.13.2. Os serviços executados deverão contemplar exercícios completos, **contados a partir de 2011**, em função das atualizações constantes e novas exigências normativas do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

## 7. LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. As solicitações e coleta de informações para execução dos trabalhos deverão ocorrer predominantemente de forma eletrônica.

7.2. A CONTRATADA enviará a requisição de informações para a CONTRATANTE, que terá prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para sua disponibilização.

7.3. O BANDES comunicará a CONTRATADA as informações que dispõe somente em meio físico e *in loco*, na sede do BANDES, e o prazo para a sua disponibilização.

7.3.1. As visitas à sede do BANDES deverão ser realizadas pelos profissionais indicados na equipe técnica.

7.3.2. As despesas com deslocamento da equipe técnica para coleta das informações na sede da BANDES serão de responsabilidade da CONTRATADA.

## 8. ESTIMATIVA DE CUSTO GLOBAL

8.1. O valor estimado da contratação é sigiloso, com base no Art. 23, do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

8.2. Os documentos comprobatórios da realização da pesquisa de preços, a memória de cálculo do valor estimado, o critério para obtenção do valor estimado, as fontes de pesquisa e a data de sua realização estão no Relatório de Pesquisa de Preços, em anexo, que não serão divulgados até a fase de negociação.

8.3. Os documentos comprobatórios da realização da pesquisa de preços, a memória de cálculo do valor estimado, o critério para obtenção do valor estimado, as fontes de pesquisa e a data de sua realização estão no Relatório de Pesquisa de Preços, em anexo, que não serão divulgados até a fase de negociação.

## 9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Conforme Cláusula Sétima e Oitava do Anexo VI (Minuta do Contrato).

## 10. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

10.1. A CONTRATADA deverá considerar os procedimentos de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço previsto. O nível de serviço deverá ser observado em cada relatório entregue. Caso não atenda aos requisitos previstos, a CONTRATADA sofrerá reduções no pagamento devido pelo BANDES, conforme tabela a seguir:

Item	Descumprimento	Penalidades		Referência
		Em R\$	Em pontos	
01	Descumprimento nos prazos de entrega dos Relatórios.	1% do valor do relatório	01	Por dia de atraso
02	Apresentar erros ou falhas na minuta ou relatório final	1% do valor do relatório	01	Por apontamento
04	Não comunicar a substituição de componente da Equipe Técnica por qualquer motivo, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, para aprovação formal do Bandes.	1% do valor do global do contrato	01	Por dia de atraso
05	Apresentar solicitação de documento(s) que já tenha(m) sido comprovadamente disponibilizado(s) para a execução do trabalho de auditoria.	0,25% do valor do global do contrato	01	Por ocorrência

10.2. O Acordo de Nível de Serviço (ANS) servirá de base para o valor a ser pago à CONTRATADA pela prestação dos serviços.

10.3. Seguem alguns exemplos de erros ou falhas identificadas nas minutas ou relatórios finais que poderão ser apontadas como evidências de descumprimento do item 2 da tabela:

- a. Apresentação com citação de lei, resolução, circular, carta-circular, portaria, decreto, e/ou qualquer outro normativo desatualizado, fora de vigência ou descontextualizado do assunto tratado.
- b. Apresentação com erros de ortografia, objetividade e clareza textual.
- c. Apresentação de figuras, quadros, gráficos, borrados, desfigurados, ilegíveis ou incompreensíveis.
- d. Supressão de apontamento, recomendação ou deficiência que constava em relatório anterior, sem indicação a solução final adotada.
- e. Descrever nomenclatura de órgão, setor, ou procedimento desatualizado ou divergente da política interna vigente na data base final do relatório.
- f. Apresentação com números sem padronização única, a exemplo: números negativos entre parenteses ( ) e outros números negativos grafados com sinal de subtração “-”.
- g. Apresentação com erro de somatório.
- h. Apresentação sem número de páginas ou com índice incorreto.
- i. Apresentação impresso sem assinatura de próprio punho.
- j. Registro em relatório final, apontamento ou recomendação, manifestamente em desacordo com à(s) evidência(s) de auditoria apresentada pela Contratante.
- k. Apresentação com ausência de tema/assunto/declaração fiscal, que compõe o escopo do trabalho.

10.4. O percentual de desconto da fatura não ultrapassará a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do relatório e/ou do valor global do contrato.

- 10.5. O BANDES fará abertura de processo administrativo para aplicação de penalidade e rescisão contratual no caso de a Contratada atingir 50 pontos no decorrer da vigência contratual considerando contratação e suas prorrogações.

## **11. VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 11.1. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses.
- 11.2. O contrato poderá ser prorrogado até o limite de 60 meses, nos termos do art. 144 do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandes.
- 11.3. As prorrogações serão permitidas, observados os requisitos previstos no art. 147, do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandes, com as devidas justificativas por escrito.

## **12. REAJUSTE CONTRATUAL**

- 12.1. O contrato poderá ser reajustado aplicando-se como índice de reajuste o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- 12.2. O reajustamento de preço respeitará o interregno mínimo legal de 12 (doze) meses.
- 12.3. O marco inicial para a concessão do primeiro reajustamento de preço é o mês de apresentação da última proposta de preços pela CONTRATADA, desconsiderando-se interstícios temporais inferiores a um mês.
- 12.4. Em caso de reajustamento de preço posterior ao primeiro, o marco inicial será a data em que a revisão anterior tiver ocorrido.
- 12.5. O reajustamento do contrato deverá ser pleiteado pela CONTRATADA até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão (lógica) do direito ao reajuste.

## **13. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA**

- 13.1. Atestado de Capacidade Técnica - ATC, que comprove a execução de serviços de auditoria sobre as demonstrações contábeis e/ou financeiras de instituição financeira nacional, preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes adotadas no Brasil, em exercício social completo, em instituição detentora de ativo total de valor igual ou superior a R\$ 540 milhões.
- 13.1.1. O parâmetro exigido de ativo total foi calculado no percentual de 50% por cento, aplicado unicamente sobre os grupos contábeis da entidade BANDES constantes do balanço patrimonial do exercício social de 2020.
- 13.1.2. O atestado deverá consignar o exercício social e o ativo total apresentado no balanço patrimonial auditado, ser emitido em papel timbrado e firmado pelo representante legal da instituição financeira.
- 13.1.3. As informações que não constem do atestado de capacidade técnica, como ativo total ou dados específicos do emitente, poderão ser comprovadas por meio da apresentação de Balanço Patrimonial das Demonstrações Financeiras publicadas no Diário Oficial, documentos de publicações oficiais, informações extraídas do site oficial ou qualquer documento complementar que torne possível aferir a respectiva exigência do Edital.
- 13.1.4. Para fins deste Edital, o conceito de instituição financeira nacional abrange as seguintes instituições: bancos de desenvolvimento, agências de fomentos, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bancos comerciais, bancos múltiplos e Caixa Econômica Federal, cujas definições estão disponíveis no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/composicaoosfn>.

13.2. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica Licitante no CRC – Conselho Regional de Contabilidade;

13.3. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica Licitante na CVM – Comissão de Valores Mobiliários;

#### **14. DA MATRIZ DE RISCO**

14.1. Não se aplica, tendo em vista o objeto contratado.

#### **15. DA FONTE DE RECURSOS**

15.1. As despesas com a execução do objeto contratado provêm de recursos próprios da BANDES.

#### **16. DA GARANTIA CONTRATUAL**

16.1. Não será exigida garantia contratual.

#### **17. SUBCONTRATAÇÃO**

17.1. Não será permitida subcontratação.

#### **18. CONSÓRCIO**

18.1. Não será permitido Consórcio.

#### **19. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

19.1. A fiscalização do contrato objeto desta licitação ficará a cargo da Gerência de Controladoria.

**Responsável pelo Termo de Referência:**

## ANEXO II – DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

### PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2021/002

## ANEXO II – DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

1. Conforme o disposto no item 8.1 deste edital, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens abaixo, para fins de habilitação, no momento de cadastramento da proposta, conforme previsto no Decreto Federal 10.024/2019, ressalvado os documentos que constam no SICAF.

#### 2. Habilitação Jurídica:

- 2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 2.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 2.4. No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da IN DREI nº 10/2013;
- 2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- 2.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

#### 3. Regularidade Fiscal:

- 3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 3.2. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- 3.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

#### 4. Qualificação Econômico-Financeira:

- 4.1. Certidão Negativa de Pedido de Falência ou recuperação judicial, expedida na sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
  - 4.1.1. Para as praças onde houver mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas tantas certidões quantos forem os cartórios, cada uma emitida por um distribuidor.
- 4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei,



que comprovem a boa situação financeira da empresa;

- 4.2.1. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto a Receita Federal, igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.
- 4.2.2. As empresas recém-constituídas, cujo Balanço Patrimonial ainda não seja exigível, deverão apresentar o Balanço de Abertura, contendo carimbo e assinatura do representante legal da empresa e do contador.
- 4.2.3. As empresas que estiveram inativas no ano anterior deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- 4.2.4. Somente será habilitado o Licitante que comprovar boa situação financeira através da demonstração de índices de Liquidez Corrente, Solvência Geral e Liquidez Geral, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com resultado igual ou maior do que 01 (um) em todos os índices aqui mencionados:
  - a.  $\text{Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}.$
  - b.  $\text{Solvência Geral} = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}.$
  - c.  $\text{Liquidez Geral} = \text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}.$
- 4.2.5. Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos no subitem 4.2.4, quando de suas habilitações, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, devidamente registrado no Balanço Patrimonial.
- 4.2.6. A comprovação dos índices referidos no subitem 4.2.4, bem como do capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo aludido no subitem 4.2.5, deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados no item 4.2, cabendo ao licitante apresentar os cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação.

## 5. Qualificação Técnica:

- 5.1. Atestado de Capacidade Técnica - ATC, que comprove a execução de serviços de auditoria sobre as demonstrações contábeis e/ou financeiras de instituição financeira nacional, preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes adotadas no Brasil, em exercício social completo, em instituição detentora de ativo total de valor igual ou superior a R\$ 540 milhões.
  - 5.1.1. O parâmetro exigido de ativo total foi calculado no percentual de 50% por cento, aplicado unicamente sobre os grupos contábeis da entidade BANDES constantes do balanço patrimonial do exercício social de 2020.
  - 5.1.2. O atestado deverá consignar o exercício social e o ativo total apresentado no balanço patrimonial auditado, ser emitido em papel timbrado e firmado pelo representante legal da instituição financeira.
  - 5.1.3. As informações que não constem do atestado de capacidade técnica, como ativo total ou dados específicos do emitente, poderão ser comprovadas por meio da apresentação de Balanço Patrimonial das Demonstrações Financeiras publicadas no Diário Oficial, documentos de publicações oficiais, informações extraídas do site oficial ou qualquer documento complementar que torne possível aferir a respectiva exigência do Edital.
  - 5.1.4. Para fins deste Edital, o conceito de instituição financeira nacional abrange as seguintes instituições: bancos de desenvolvimento, agências de fomentos, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social – BNDES, bancos comerciais, bancos múltiplos e Caixa Econômica Federal, cujas definições estão disponíveis no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, em [http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bancos\\_caixas.asp?idpai=SFNCOMP](http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bancos_caixas.asp?idpai=SFNCOMP).

- 5.2. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica Licitante no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.
- 5.3. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica Licitante na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.
6. O Licitante deverá apresentar ainda:
  - 6.1. **DECLARAÇÃO**, conforme Anexo IV (Declaração).
  - 6.2. **DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA**, conforme Anexo V
7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão conter o nome do Licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
  - 7.1. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
  - 7.2. Se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
  - 7.3. Se a Licitante for matriz e a responsável pela execução da contratação for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
  - 7.4. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
  - 7.5. Figuram como exceções as certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa matriz quanto as filiais (INSS e PGFN/RFB).
8. Todas as certidões deverão estar com prazo de validade vigente na data de sua apresentação.
9. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.
10. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que essa apresente alguma restrição, caso em que será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, nos termos do §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.
  - 10.1. O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério do BANDES, ser prorrogado por igual período;
11. Rejeitada a documentação de habilitação, o Pregoeiro inabilitará o Licitante e convocará os demais Licitantes, na ordem de classificação, para exame de sua proposta de preço, negociação e análise de documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e seus Anexos.
12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
13. O não atendimento ao previsto neste item poderá implicar em instauração de processo administrativo, para aplicação das penalidades previstas no Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.
14. **A licitante que já estiver cadastrada no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensada de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo**

**referido cadastro que estejam validados e atualizados.**

15. A verificação se dará mediante consulta *online*, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.
16. Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada neste Anexo, o Pregoeiro assinalará o prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária por meio da opção “ENVIO DE ANEXOS”.

**ANEXO III - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**
**PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2021/002**  
**ANEXO III - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**RAZÃO SOCIAL:**  
**CNPJ:**  
**ENDEREÇO:**  
**TELEFONE:**  
**E-MAIL:**  
**REPRESENTANTE LEGAL:**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, Fundo Garantidor De Parcerias Público–Privadas – FGP-ES, Fundo de Aval Bandes e Banco Interamericano de Desenvolvimento, referentes aos exercícios sociais de 2021 e 2022 (datas-bases: 30/06 e 31/12), nos termos das especificações técnicas descritas neste edital e seus anexos, nas normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

**1. RESUMO DA PROPOSTA**

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	% Faturamento	Valor
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES	70,04	R\$ _____
Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES	11,08	R\$ _____
Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES	9,42	R\$ _____
Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FGP	4,74	R\$ _____
Fundo de Aval Bandes	4,72	R\$ _____
VALOR TOTAL (12 MESES)		R\$ _____
VALOR GLOBAL CONTRATO (24 MESES)		R\$ _____

## Detalhamento da Proposta

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
1. Auditoria do 1º Semestre das Demonstrações Contábeis.	1.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	4,67	
	1.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	4,67	
2. Avaliação do 1º Semestre da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04, Circular (BACEN) nº 3.467/09, e outras normas aplicáveis.	2.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos	4,67	
	2.2 Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de processamento eletrônico de dados e data center (local e/ou nuvem)	4,67	
	2.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos	4,67	
3. Revisão do 1º Semestre de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99, e outras normas aplicáveis	3.1 Relatório Semestral Circunstanciado	4,67	
4. Auditoria do 2º Semestre e Anual das Demonstrações Contábeis.	4.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	4,67	
	4.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	4,67	
5. Avaliação do 2º Semestre da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	5.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos	4,67	
	5.2 Relatório sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados	4,67	
	5.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos	4,67	
6. Revisão do 2º Semestre de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	6.1 Relatório Semestral Circunstanciado	4,67	
7. Revisão das obrigações fiscais e tributárias, municipais, estaduais e federais.	7.1 Relatório anual de auditoria da revisão dos valores e critérios adotados para determinação das bases de cálculo, valores apurados e pagos de tributos, encargos sociais, contribuições e créditos tributários.	4,67	
	7.2 Relatório anual de auditoria sobre as obrigações tributárias acessórias federais, estaduais e municipais devidas pelo Bandes.	4,67	
	7.3. Relatório anual de auditoria sobre a Escrituração Contábil Fiscal – ECF e Escrituração Contábil Digital elaborada pelo BANDES, antes do seu efetivo envio à Receita Federal do Brasil.	4,67	
Subtotal		68,60	

Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
8. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	8.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	5,54	
	8.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	5,54	
Subtotal		11,08	

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
9. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	9.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	4,71	
	9.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	4,71	
Subtotal		9,42	

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FGP			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
10. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	10.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	2,37	
	10.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	2,37	
Subtotal		4,74	

Fundo de Aval Bandes			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
11. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	11.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	2,36	
	11.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	2,36	
Subtotal		4,72	

## 1. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

- 1.1. O valor global da proposta para o período contratual de 24 meses é de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).
- 1.2. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 1.3. Declaro que, nos preços propostos, estão incluídas todas as despesas com salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, seguros, fretes, transporte, tributos diretos e indiretos e outras despesas pertinentes ao objeto do presente edital e seus anexos.
- 1.4. Declaro que a proposta atende às exigências e especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal]

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO**

**PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2021/002**  
**ANEXO IV – DECLARAÇÃO**  
**(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

A empresa [Razão Social da empresa], CNPJ n.º [nº do CNPJ], sediada [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). [nome completo do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [nº da Carteira de Identidade] e do CPF nº [nº do CPF] DECLARA que:

- I. Até a presente data, não se enquadra em qualquer das situações previstas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, artigos 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES e item 6.2 deste Edital, inexistindo quaisquer fatos impeditivos para sua participação no presente processo licitatório, ciente a obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- II. Não designará, para a execução dos serviços ora licitados, profissionais que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado ou diretor do BANDES.
- III. Não se encontra inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado do Espírito Santo e não foi declarada inidônea por União, Estados ou Distrito Federal.
- IV. Nesta empresa não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, na forma da lei.
- V. Está ciente dos termos do Edital e de seus Anexos, inclusive da Minuta do Contrato, manifestando concordância irrestrita com os termos dos mesmos e de que não poderá alegar desconhecimento para alteração dos preços propostos ou para descumprimento do objeto da licitação.
- VI. Aceita todas as condições exigidas nesta licitação, e concorda com os termos dos documentos que a integram.
- VII. Disponibilizará, no momento da contratação, de todos os recursos humanos e operacionais necessários à execução do objeto licitado.
- VIII. Disponibilizará, no momento da contratação, a equipe técnica mínima exigida à execução do objeto licitado.
- IX. Está ciente do teor do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, do Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócio do BANDES, bem como da Política de Transação com Partes Relacionadas do BANDES, disponíveis em [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br).
- X. Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal]



## ANEXO V - DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

### PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2021/002

#### DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

A empresa [Razão Social da empresa] CNPJ n.º [nº do CNPJ], sediada [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) [nome completo do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [nº da Carteira de Identidade] e do CPF nº [nº do CPF] DECLARA que, conforme as especificações do Edital e seus anexos, em especial o item 6 do Anexo I, constituirá equipe técnica formada por:

Profissional/ Responsabilidade	Quantidade Mínima
Responsável Técnico - Responsável pelos relatórios elaborados pela Equipe Técnica	01
Gerente - Responsável pelo gerenciamento da equipe de Auditoria Independente	01
Auditor Especialista em Auditoria Independente em Instituições Financeiras	02
Auditor Especialista em Auditoria Independente de Tecnologia da Informação	01
Auditor Especialista em Auditoria Independente Fiscal/Tributária	01

Declaro ainda que a indicação dos profissionais e a documentação comprobatória dos requisitos mínimos serão apresentadas anteriormente à assinatura do contrato, como condição de contratação.

Para tanto, assumimos inteira responsabilidade pela declaração firmada.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal]

**ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO****PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2021/002****CONTRATO Nº \_\_\_\_/2021****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM  
O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A E****\_\_\_\_\_.**

Partes:

**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A**, sociedade de economia mista estadual, sediada na Avenida Princesa Isabel, nº 54, Vitória/ES, inscrito no CNPJ sob nº 28.145.829/0001-00, doravante denominado **BANDES**.\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, situada na \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**.

Por seus representantes legais resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, sujeitando-se as partes às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, o Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, o Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócios, e as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de técnicos especializados de auditoria independente, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, Fundo Garantidor De Parcerias Público-Privadas – FGP-ES e Fundo de Aval Bandes, referentes aos exercícios sociais de 2021 e 2022 (datas-bases: 30/06 e 31/12), nos termos das especificações técnicas constantes do Anexo Único deste contrato, nas normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
- 1.2. A descrição detalhada e especificação do objeto estão contidas no Anexo Único deste contrato.
- 1.3. Na execução do objeto a CONTRATADA estará obrigada a observar todas as condições estabelecidas neste contrato, especialmente as obrigações constantes da Cláusula Sétima.
- 1.4. Salvo o que tiver sido expressamente modificado pelo presente instrumento, a aquisição e os serviços ora contratados serão efetuados em conformidade com os documentos a seguir enumerados, que passam a integrá-lo como se nele transcritos:
  - a) Proposta Comercial
  - b) Termo de Referência

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 2.1. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

- 2.2. O contrato poderá ser prorrogado até o limite de 60 meses, nos termos do art. 144 do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandes.
- 2.3. As prorrogações serão permitidas, observados os requisitos previstos no art. 147 do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandes, com as devidas justificativas por escrito.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

- 3.1. O objeto será executado pelo regime de execução de Contratação por Preço Unitário.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR**

- 4.1. Pelo cumprimento do objeto contratual, o BANDES pagará a CONTRATADA os valores unitários conforme descrito no item 3 do Anexo Único.
- 4.2. O valor total estimado do contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).
- 4.3. O BANDES pagará exclusivamente o valor dos serviços efetivamente realizados, podendo inclusive haver supressão do contrato daqueles relatórios que eventualmente deixem de ser necessários, por motivos normativos, legais ou devido ao encerramento das atividades de alguma das instituições.
- 4.4. Os valores unitários poderão sofrer descontos referentes ao acordo de nível de serviço, nos termos do item 04 do Anexo I deste Contrato.
- 4.5. No preço ajustado estão incluídos todos os impostos, taxas, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e demais despesas que se fizerem necessárias à perfeita e total execução do objeto deste contrato.
- 4.6. As despesas com a execução do objeto contratado provêm de recursos próprios do BANDES.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE**

- 5.1. O valor do contrato poderá ser reajustado anualmente, aplicando-se como índice de reajuste o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- 5.2. O reajustamento de preço respeitará o interregno mínimo legal de 12 (doze) meses.
- 5.3. O marco inicial para a concessão do primeiro reajustamento de preço é o mês de apresentação da última proposta comercial apresentada pela CONTRATADA, desconsiderando-se interstícios temporais inferiores a um mês.
- 5.4. Em caso de reajustamento de preço posterior ao primeiro, o marco inicial será a data em que a revisão anterior tiver ocorrido.
- 5.5. O reajustamento do contrato deverá ser pleiteado pela CONTRATADA até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão (lógica) do direito ao reajuste.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 6.1. O BANDES pagará à Contratada pelos serviços, até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo BANDES, vedada a antecipação.
- 6.2. O pagamento será realizado através de boleto bancário, depósito ou transferência para conta bancária a ser

informada pela CONTRATADA.

- 6.3. A conferência da Nota Fiscal/Fatura será efetuada pelo setor responsável pela fiscalização do contrato, confirmando que os serviços foram prestados na forma contratada.
- 6.4. O documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções será devolvido à CONTRATADA, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua apresentação.
- 6.5. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura motivada por erro ou incorreções, o prazo de 10 (dez) dias úteis passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- 6.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.
- 6.7. O BANDES poderá deduzir dos pagamentos, importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA em decorrência de inadimplemento do contrato.
- 6.8. Os valores correspondentes às notas fiscais vencidas e não pagas pelo BANDES na forma contratual, sofrerão a incidência de multa de mora na base de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia sobre a parcela em atraso, limitada a sua aplicação ao valor total.
  - 6.8.1. Os pagamentos das multas de mora serão efetuados pelo BANDES contra apresentação de nota de débito contendo o número do contrato e a Nota Fiscal correspondente.
- 6.9. Fica assegurado ao BANDES o direito de deduzir do pagamento devido à CONTRATADA, independente da aplicação de multas, importância correspondente a:
  - I. Débitos aos quais a CONTRATADA por culpa ou dolo tiver dado causa;
  - II. Despesas relativas à correção de eventuais falhas decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA;
  - III. Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos por culpa ou dolo da CONTRATADA.
- 6.10. Se devido, serão procedidos nos pagamentos a serem efetuados as retenções de impostos nas hipóteses previstas na lei. Caso a Contratada seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com cada NF/Fatura, a cópia do Termo de Opção.
- 6.11. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 6.12. Quando solicitado pelo BANDES, a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção das condições de contratação através da apresentação dos seguintes documentos:
  - I. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
  - II. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
  - III. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1. Além das demais condições inseridas neste contrato e anexos, e no termo de referência, constituem obrigações da CONTRATADA, as seguintes:
  - I. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do BANDES quanto

ao objeto deste contrato;

- II. Responder ao BANDES, através de fax, e-mail, telefone ou contato pessoal, na vigência do contrato, consultas acerca de questões controversas sobre o sistema de controles internos e gerenciamento de riscos, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, devendo eventual resposta informal prestada ser formalizada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- III. Manter, durante a vigência da prestação de serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o art. 139, inciso IX do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandes;
- IV. Não subcontratar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados;
- V. Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- VI. Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos comprovados, causados ao BANDES ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do contrato;
- VII. Assumir a defesa contra todas as reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos havidos e originados diretamente da execução do objeto do contrato e que possam ser arguidos contra o BANDES por terceiros, excluídas as ações decorrentes de danos indiretos e de lucros cessantes aos quais a CONTRATADA, comprovadamente, não tenha dado causa;
- VIII. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos fiscais e comerciais e pelos custos relativos à mão-de-obra, diárias e transporte de seu pessoal utilizado na execução dos serviços;
- IX. Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seu pessoal, podendo o BANDES solicitar a substituição imediata de qualquer empregado cuja permanência na área de trabalho seja por ele considerada inconveniente, justificado o motivo da necessidade de substituição;
- X. Utilizar na prestação dos serviços, profissionais do seu quadro de pessoal, que possuam experiência nos serviços que lhes couber executar, correndo por sua conta exclusiva todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, social, fiscal, bem como impostos, taxas, seguros, multas, contribuições e outros encargos que venham a incidir sobre os serviços a serem contratados ou que direta ou indiretamente com eles se relacionem, inclusive encargos decorrentes de eventuais acidentes de trabalho;
- XI. Responsabilizar-se pelo pagamento que lhe couber no recolhimento dos impostos devidos na época da assinatura do contrato, bem como os demais tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços abrangidos pelo contrato, durante a sua execução;
- XII. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos, bem como por quaisquer infrações de natureza fiscal, decorrentes da execução do contrato;
- XIII. Responsabilizar-se pela restituição das importâncias cobradas e recebidas a maior, relativas aos tributos mencionados acima;
- XIV. Garantir e manter total e absoluto sigilo sobre as informações manuseadas, as quais devem ser utilizadas apenas para a condução das atividades autorizadas, não podendo ter quaisquer outros usos, sob pena de rescisão contratual e medidas cíveis e penais cabíveis;
- XV. Assumir inteira responsabilidade pelo uso indevido ou ilegal de informações privilegiadas do BANDES, através do manuseio de sistemas e manipulação de dados praticados por seus empregados;
- XVI. Realizar os trabalhos observando as normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, e no que não for conflitante com estas, aqueles

determinados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON ou outras instituições governamentais que venham a ser legalmente habilitadas;

- XVII. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades normais do BANDES, de modo a não causar transtornos no andamento normal de seus serviços e horários de trabalhos estabelecidos pelas normas legais ou internas;
- XVIII. Submeter ao BANDES, a documentação comprobatória dos substitutos de integrantes da equipe designada para a prestação do serviço, após a celebração do contrato. A substituição de profissional somente poderá ocorrer por outro de qualificação (experiência/escolaridade) igual ou superior a do substituído, mediante autorização do BANDES;
- XIX. Participar de reuniões das Assembleias Gerais de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria do BANDES sempre que for convocado, observando-se, ainda, as obrigatoriedades de comparecimento às reuniões em cumprimento às disposições estabelecidas na legislação.

- 7.2. A CONTRATADA reconhece o direito de o BANDES, mediante solicitação formal, autorizar o acesso do Banco Central do Brasil, a qualquer tempo, aos papéis de trabalho da CONTRATADA, bem como a quaisquer outros documentos que tenham servido de base ou evidência para a emissão dos relatórios de auditoria elaborados, nos termos da Resolução 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional e seu regulamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO BANDES**

- 8.1. Obriga-se o BANDES, no âmbito de sua competência, e nos limites deste contrato a:

- I. Acompanhar e fiscalizar execução do objeto do contrato e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive às penalidades legalmente previstas, comunicando à Contratada as ocorrências que exijam medidas corretivas;
- II. Permitir o acesso às dependências da sede do BANDES, de todos os profissionais envolvidos na prestação dos serviços desde que estejam devidamente identificados;
- III. Impedir que terceiros estranhos ao contrato executem os serviços contratados;
- IV. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
- V. Solicitar a reparação do objeto do contrato, que esteja em desacordo com a especificação apresentada ou apresentar defeito;
- VI. Conferir e receber o objeto nos termos deste contrato e seu anexo;
- VII. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o contrato, com seu anexo e com o Termo de Referência;
- VIII. Proceder ao pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuado neste instrumento;
- IX. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução do objeto do contrato;
- X. Coordenar, através do fiscal do contrato, a execução do objeto pela CONTRATADA, efetuando os contatos necessários.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES APLICÁVEIS**

- 9.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, erro ou demora na sua execução, ou ainda, pelo descumprimento de qualquer obrigação nele assumida, a CONTRATADA será notificada pelo BANDES, sendo-lhe garantida prévia

defesa. Caso as razões por ela apresentadas sejam consideradas improcedentes, o BANDES poderá aplicar-lhe as seguintes sanções:

I. Advertência, quando ocorrer:

- a) Descumprimento das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos para o BANDES;
- b) Execução insatisfatória ou pequenos transtornos aos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa ou suspensão temporária.

II. Multa, nos percentuais e condições indicados abaixo:

- a) Até 5% (cinco por cento) em caso de inexecução parcial do objeto e qualquer descumprimento contratual, calculados sobre o valor da fatura do período em que ocorreu o descumprimento, apurada de acordo com a gravidade da infração;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato mencionado no item 4.2 deste contrato, pela inexecução total do objeto.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com o BANDES, por prazo não superior a 02 (dois) anos, caso a CONTRATADA:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o BANDES em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Apresentar documentação falsa exigida para a contratação;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato, acarretando prejuízos ao BANDES;
- g) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.

9.2. A sanção de multa pode ser aplicada juntamente com as penalidades de advertência e suspensão.

9.3. A multa prevista nesta cláusula será descontada, de imediato, dos pagamentos devidos ou cobrada judicialmente, se for o caso.

9.4. Em caso de suspensão temporária de participação em licitação e contratação, o BANDES encaminhará as informações da sanção para o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, conforme previsto no Art. 23 Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.5. Caberá apresentação de defesa prévia pela CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação inicial acerca da infração a ela imputada, devendo ser observado o contraditório e a ampla defesa antes da aplicação de qualquer sanção.

9.6. O processo para aplicação de sanções obedecerá às normas estabelecidas nos arts. 189 a 192 do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. A inexecução, total ou parcial, deste contrato poderá dar ensejo a sua rescisão e acarretará as consequências previstas na Lei 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

10.2. Constituem motivos para rescisão deste Contrato:

- I. O não cumprimento injustificado de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. Subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem



como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital ou no contrato;

- III. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
  - IV. A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº. 12.846/2013;
  - V. A inobservância das vedações previstas nos arts. 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES;
  - VI. Prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação do BANDES, direta ou indiretamente;
  - VII. O cometimento reiterado de falhas na execução contratual, devidamente registradas pelo fiscal do contrato;
  - VIII. A modificação da estrutura física do BANDES que, consequentemente, provoque a extinção do objeto contratual.
- 10.3. O não cumprimento injustificado de cláusulas contratuais será considerado nos casos em que as razões apresentadas pela CONTRATADA sejam consideradas improcedentes pelo BANDES.
- 10.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.
- 10.5. A rescisão nas hipóteses do item 10.2 acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato:
- I. Assunção imediata do objeto contratado, pelo BANDES, no estado e local em que se encontrar;
  - II. Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pelo BANDES;
  - III. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao BANDES.
- 10.6. O processo para rescisão do contrato obedecerá às normas estabelecidas nos arts. 189 a 192 do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.
- 10.7. A rescisão do contrato poderá ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o BANDES.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

- 11.1. Eventuais alterações contratuais somente poderão ocorrer mediante acordo entre as partes e reger-se-ão pela disciplina dos arts. 150 a 157, do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, e art. 81 da Lei 13.303/2016, observando-se a Matriz de Risco constante do Anexo Único.
- 11.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, desde que dentro do escopo contratado, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.
- 11.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes.
- 11.4. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser concedido desde que verificados os seguintes requisitos:

- I. O evento seja futuro e incerto;
  - II. O evento ocorra após a apresentação da proposta;
  - III. O evento não ocorra por culpa da CONTRATADA;
  - IV. A modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do contratado e a retribuição do BANDES;
  - V. Haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos do contratado;
  - VI. Seja demonstrada pela CONTRATADA a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente pactuadas.
- 11.5. Ressalvados os tributos sobre a renda ou lucro, quaisquer outros tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 11.6. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termos aditivos, exceto as que digam respeito à variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e às atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, que poderão ser registradas por simples apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 12.1. Não serão admitidas a subcontratação, a cessão ou a transferência, total ou parcial do objeto deste Contrato, assim como, a associação da CONTRATADA com outrem, como também a fusão, cisão ou a incorporação, que impliquem em substituição da CONTRATADA por outra Empresa, nos termos da legislação em vigor.
- 12.2. A fusão, cisão ou incorporação, só serão admitidas desde que comunicadas previamente ao BANDES, cuja manutenção do contrato deverá ser manifestada expressamente, sem que cause qualquer prejuízo à boa execução, e que a empresa sucessora possua os requisitos de habilitação exigidos inicialmente, para que possa dar continuidade ao contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BANDES**

- 13.1. A CONTRATADA e o BANDES comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios do interesse público, da integridade, da imparcialidade, da transparência, da honestidade, da responsabilidade, do respeito, da competência e eficiência.
- 13.2. Em atendimento ao disposto no item 13.1 desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive, a:
- I. Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
  - II. Impedir o favorecimento ou a participação de empregados e dirigentes do BANDES, ou seus parentes até o terceiro grau, na execução do objeto do presente Contrato, em situação de conflito de interesse;
  - III. Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

- 13.3. Verificada uma das situações mencionadas no inciso II do item 13.2 desta Cláusula, compete à CONTRATADA afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao BANDES, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.
- 13.4. A CONTRATADA declara ter conhecimento do Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócio do BANDES, que pode ser consultado por intermédio do sítio eletrônico [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br) ou requisitado ao Fiscal do Contrato.
- 13.5. Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do BANDES ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na internet ([www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br)) e telefone (0800.283.4202).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

- 14.1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATADA, para execução do serviço objeto do contrato originário, tem acesso a dados pessoais e dados pessoais sensíveis de clientes do BANDES, para prestação de serviços oferecidos pela CONTRATANTE, tais como: Nome completo, Data de nascimento, Número da Carteira de Identidade (RG), Número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Número da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Endereço completo, Nacionalidade, Estado Civil/Regime de Casamento, Profissão, Números de telefone, WhatsApp e endereços de e-mail, dentre outros sujeitos à LGPD.
- 14.2. A CONTRATADA tem acesso aos dados listados no caput desta cláusula, com a finalidade, conforme art. 6º, inciso I, da Lei nº 13.709/2018, de prestação de serviços referentes ao objeto descrito detalhadamente neste contrato.
- 14.3. É vedado à CONTRATADA utilizar todo e qualquer dado repassado pela CONTRATANTE para finalidade distinta da contratada, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 14.4. A CONTRATADA se compromete, em nome de seus sócios, colaboradores e parceiros, a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados pela CONTRATANTE, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do contrato.
- 14.5. Quando houver o repasse de qualquer informação em vista de obrigação legal, conforme previsto no caput, a CONTRATADA deve informar à CONTRATANTE antecipadamente, listando quais dados serão repassados, a forma de repasse, a lei que obriga a transferência, ou a cláusula contratual a ser cumprida e por quanto tempo o terceiro permanecerá com o a informação antes da exclusão, em observância ao princípio da transparência (art. 6º, inciso VI, LGPD).
- 14.6. A CONTRATADA adotará técnicas e padrões razoáveis e disponíveis na ocasião do tratamento, para guarda segura dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis repassados pela CONTRATANTE, em consonância com o disposto no art. 46 da LGPD.
- 14.7. Nos termos do art. 18 da LGPD, o titular dos dados pessoais tem direito a obter das partes contratantes, a qualquer tempo e, mediante requisição simplificada, a confirmação da existência de tratamento; o acesso aos dados; a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na lei; a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador; a eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art.16 da LGPD; a informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; a informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e a revogação do consentimento, nos termos do art.8º, § 5º, da LGPD.

- 14.8. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD, com a comunicação aos titulares de dados e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- 14.9. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados pela CONTRATANTE, por inobservância à LGPD.
- 14.10. A CONTRATADA realizará o tratamento de dados enquanto perdurar o contrato de prestação de serviços, se comprometendo à exclusão dos dados pessoais aos quais tem acesso, ao término do contrato, salvo nos casos de necessidade de guarda das informações, para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias.
- 14.11. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pela CONTRATANTE.
- 14.12. Todas as comunicações que versem sobre proteção de dados deverão ser realizadas por escrito, preferencialmente por e-mail, encaminhadas para [lgpd@bandes.com.br](mailto:lgpd@bandes.com.br).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

- 15.1 Aplicam-se ao presente contrato, no que couberem, as disposições da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, bem como as disposições abaixo:
- I. As relações entre o BANDES e a CONTRATADA serão sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais, determinados pela urgência das medidas que deverão, todavia, ser confirmados por escrito dentro de 05 (cinco) dias úteis;
  - II. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades do contrato, nem implicará em aprovação definitiva do fornecimento realizado, salvo disposição em contrário, estabelecida neste instrumento.
  - III. Não valerá como precedente ou novação ou, ainda, como renúncia aos direitos que a legislação e o contrato asseguram ao BANDES, a tolerância de sua parte quanto a eventuais infrações da CONTRATADA às condições estabelecidas no instrumento contratual e seu anexo.
  - IV. Fica expresso e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do BANDES, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência do contrato ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da parte inadimplente, não atingirá aqueles direitos ou faculdades que poderão ser exercidos na forma estabelecida no instrumento contratual, até a data em que estiverem cumpridas todas as obrigações mútuas.
  - V. A fusão, cisão ou incorporação, só serão admitidas, desde que comunicadas previamente ao BANDES, cuja manutenção do contrato deverá ser manifestada expressamente, sem que cause qualquer prejuízo à boa execução, e que a empresa sucessora possua os requisitos de habilitação exigidos inicialmente, para que possa dar continuidade ao contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO**

- 16.1 A presente contratação é resultado do Pregão Eletrônico nº 2021/002 – Processo AD 023/2021, autorizado pela Diretoria Executiva do BANDES em Reunião realizada no dia 01/03/2021, nos termos do Voto DIRAF nº 011/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

17.1 As partes elegem, de comum acordo, o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado de Espírito Santo, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões que se originam deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Vitória/ES, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

#### BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES

#### CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº

## ANEXO ÚNICO DO CONTRATO

### 1. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

#### 1.1. BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A:

- 1.1.1. Auditoria semestral e anual das Demonstrações Financeiras do BANDES, inclusive Notas Explicativas, e Relatório de Auditoria circunstanciado das referidas demonstrações, de acordo com os normativos vigentes dos órgãos reguladores, bem como das práticas contábeis aplicadas no Brasil (BRGAAP):
  - 1.1.1.2. O auditor independente deve elaborar, como resultado dos trabalhos de auditoria, os seguintes relatórios semestrais e anuais:
    - 1.1.2.1. Relatório de Auditoria, expressando sua opinião sobre as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas (datas-bases 30/06 e 31/12).
    - 1.1.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (datas-bases 30/06 e 31/12).
    - 1.1.2.3. Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, evidenciando as deficiências identificadas, nos termos da Resolução CMN nº 3.198/04 e das Circulares BACEN nº 3.467/09, e nº 3.482/10 e outras normas aplicáveis (datas-bases 30/06 e 31/12).
    - 1.1.2.4. Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de processamento eletrônico de dados e data center (local e/ou nuvem), evidenciando as deficiências identificadas, nos termos da Resolução CMN nº 3.198/04 e das Circulares BACEN nº 3.467/09, e nº 3.482/10 e outras normas aplicáveis (datas-bases 30/06 e 31/12).
    - 1.1.2.5. Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação do sistema de gerenciamento de riscos, evidenciando as deficiências identificadas, nos termos da Resolução CMN nº 3.198/04 e das Circulares BACEN nº 3.467/09, e nº 3.482/10 e outras normas aplicáveis (datas-bases 30/06 e 31/12).
    - 1.1.2.6. Relatório circunstanciado de revisão dos critérios adotados pela instituição quanto à classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis (datas-bases 30/06 e 31/12).

#### 1.2. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO – FUNDES

- 1.2.1. Auditoria anual das Demonstrações Financeiras do FUNDES, inclusive Notas Explicativas, e Relatório de Auditoria circunstanciado das referidas demonstrações, de acordo com os normativos vigentes dos órgãos reguladores, bem como das práticas contábeis aplicadas no Brasil (BRGAAP):
  - 1.2.2. O auditor independente deve elaborar, como resultado dos trabalhos de auditoria, os seguintes relatórios anuais:
    - 1.2.2.1. Relatório de Auditoria, expressando sua opinião sobre as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas (data-base 31/12).
    - 1.2.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (data-base 31/12).

#### 1.3. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES

- 1.3.1. Auditoria anual das Demonstrações Financeiras do FUNDEPAR, inclusive Notas Explicativas, e Relatório de Auditoria circunstanciado das referidas demonstrações, de acordo com os normativos vigentes dos órgãos reguladores, bem como das práticas contábeis aplicadas no Brasil (BRGAAP):

1.3.2. O auditor independente deve elaborar, como resultado dos trabalhos de auditoria, os seguintes relatórios anuais:

1.3.2.1. Relatório de Auditoria, expressando sua opinião sobre as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas (data-base 31/12).

1.3.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (data-base 31/12).

#### **1.4. FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO–PRIVADAS – FGP-ES**

1.4.1. Auditoria anual das Demonstrações Financeiras do FGP-ES, inclusive Notas Explicativas, e Relatório de Auditoria circunstanciado das referidas demonstrações, de acordo com os normativos vigentes dos órgãos reguladores, bem como das práticas contábeis aplicadas no Brasil (BRGAAP):

1.4.2. O auditor independente deve elaborar, como resultado dos trabalhos de auditoria, os seguintes relatórios anuais:

1.4.2.1. Relatório de Auditoria, expressando sua opinião sobre as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas (data-base 31/12).

1.4.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (data-base 31/12).

#### **1.5. FUNDO DE AVAL BANDES**

1.5.1. Auditoria anual das Demonstrações Financeiras do Fundo de Aval Bandes, inclusive Notas Explicativas, e Relatório de Auditoria circunstanciado das referidas demonstrações, de acordo com os normativos vigentes dos órgãos reguladores, bem como das práticas contábeis aplicadas no Brasil (BRGAAP):

1.5.2. O auditor independente deve elaborar, como resultado dos trabalhos de auditoria, os seguintes relatórios anuais:

1.5.2.1. Relatório de Auditoria, expressando sua opinião sobre as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas (data-base 31/12).

1.5.2.2. Relatório sobre os principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Financeiras, evidenciando as deficiências identificadas, (data-base 31/12).

#### **1.6. REVISÃO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS, MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS**

1.6.1. Relatório anual de auditoria da revisão dos valores e critérios adotados para determinação das bases de cálculo, valores apurados e pagos de tributos, encargos sociais, contribuições e créditos tributários vigentes e que vierem a ser instituídas durante este contrato, evidenciando as deficiências identificadas à luz da legislação tributária aplicável.

1.6.2. Relatório anual de auditoria sobre as obrigações tributárias acessórias federais, estaduais e municipais devidas pelo Bandes, vigentes e que vierem a ser instituídas durante este contrato, evidenciando as deficiências identificadas à luz da legislação tributária aplicável na vigência do contrato.

1.6.3. Relatório anual de auditoria sobre a Escrituração Contábil Fiscal – ECF e Escrituração Contábil Digital elaborada pelo BANDES, antes do seu efetivo envio à Receita Federal do Brasil.

#### **1.7. CONSULTAS, EM QUANTIDADE DE ATÉ 05 (CINCO), ACERCA DE QUESTÕES CONCRETAS OU HIPOTÉTICAS RELACIONADAS ÀS ÁREAS E LEGISLAÇÃO CONTÁBIL, FISCAL/TRIBUTÁRIA E SOCIETÁRIA. SEM COMPROMISSO DE FORMULAÇÃO MÍNIMA DE CONSULTAS.**



- 1.7.1. Os relatórios deverão conter comentários sobre as constatações decorrentes da revisão que tenham consequências financeiras para o contratante, bem como recomendações para a adoção de medidas corretivas cabíveis.

## 2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. A data-base, os prazos de entrega e o percentual de faturamento dos serviços estão definidos no quadro abaixo:

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES			
Serviço	Relatório	Data-Base	Prazo Máximo de Entrega
1. Auditoria do 1º Semestre das Demonstrações Contábeis.	1.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	30-jun	15-ago
	1.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	30-jun	29-ago
2. Avaliação do 1º Semestre da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04, Circular (BACEN) nº 3.467/09, e outras normas aplicáveis.	2.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos	30-jun	10-ago
	2.2 Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de processamento eletrônico de dados e data center (local e/ou nuvem)	30-jun	10-ago
	2.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos	30-jun	10-ago
3. Revisão do 1º Semestre de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99, e outras normas aplicáveis	3.1 Relatório Semestral Circunstanciado	30-jun	30-set
4. Auditoria Semestral e Anual das Demonstrações Contábeis.	4.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	31-dez	19-fev
	4.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	31-dez	1-mar
5. Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	5.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos	31-dez	10-fev
	5.2 Relatório sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados	31-dez	10-fev
	5.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos	31-dez	10-fev
6. Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	6.1 Relatório Semestral Circunstanciado	31-dez	31-mar
7. Revisão das obrigações fiscais e tributárias, municipais, estaduais e federais.	7.1 Relatório anual de auditoria da revisão dos valores e critérios adotados para determinação das bases de cálculo, valores apurados e pagos de tributos, encargos sociais, contribuições e créditos tributários.	31-dez	10-fev
	7.2 Relatório anual de auditoria sobre as obrigações tributárias acessórias federais, estaduais e municipais devidas pelo Bandes.	31-dez	10-fev
	7.3. Relatório anual de auditoria sobre a Escrituração Contábil Fiscal – ECF e Escrituração Contábil Digital elaborada pelo BANDES, antes do seu efetivo envio à Receita Federal do Brasil.	31-dez	10-jun

Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES			
Serviço	Relatório	Data-Base	Prazo Máximo de Entrega
8. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	8.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	31-dez	19-fev
	8.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	31-dez	19-fev

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES			
Serviço	Relatório	Data-Base	Prazo Máximo de Entrega
9. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	9.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	31-dez	19-fev
	9.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	31-dez	19-fev

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FGP			
Serviço	Relatório	Data-Base	Prazo Máximo de Entrega
10. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	10.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	31-dez	19-fev
	10.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	31-dez	19-fev

Fundo de Aval Bandes			
Serviço	Relatório	Data-Base	Prazo Máximo de Entrega
11. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	11.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	31-dez	19-fev
	11.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	31-dez	19-fev

- 2.2. O prazo máximo de entrega dos relatórios aplica-se à versão preliminar em arquivo digital. A versão definitiva deverá ser entregue em até 05 dias úteis após manifestação do BANDES.
- 2.3. O Prazo Máximo de Entrega do Relatório poderá ser prorrogado a critério do BANDES. A CONTRATADA também poderá solicitar prorrogação dos prazos máximos de entrega, em pedido fundamentado por escrito. A anuência ao pedido de prorrogação da contratada fica a critério do BANDES.

### 3. DOS VALORES

- 3.1. O percentual de faturamento e os valores unitários dos serviços estão definidos no quadro a seguir:

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
1. Auditoria do 1º Semestre das Demonstrações Contábeis.	1.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	4,67	
	1.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	4,67	
2. Avaliação do 1º Semestre da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04, Circular (BACEN) nº 3.467/09, e outras normas aplicáveis.	2.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos	4,67	
	2.2 Relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de processamento eletrônico de dados e data center (local e/ou nuvem)	4,67	
	2.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos	4,67	
3. Revisão do 1º Semestre de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99, e outras normas aplicáveis	3.1 Relatório Semestral Circunstanciado	4,67	
4. Auditoria do 2º Semestre e Anual das Demonstrações Contábeis.	4.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	4,67	
	4.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	4,67	
5. Avaliação do 2º Semestre da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	5.1 Relatório sobre o Sistema de Controles Internos	4,67	
	5.2 Relatório sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados	4,67	
	5.3 Relatório sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos	4,67	
6. Revisão do 2º Semestre de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	6.1 Relatório Semestral Circunstanciado	4,67	
7. Revisão das obrigações fiscais e tributárias, municipais, estaduais e federais.	7.1 Relatório anual de auditoria da revisão dos valores e critérios adotados para determinação das bases de cálculo, valores apurados e pagos de tributos, encargos sociais, contribuições e créditos tributários.	4,67	
	7.2 Relatório anual de auditoria sobre as obrigações tributárias acessórias federais, estaduais e municipais devidas pelo Bandes.	4,67	
	7.3. Relatório anual de auditoria sobre a Escrituração Contábil Fiscal – ECF e Escrituração Contábil Digital elaborada pelo BANDES, antes do seu efetivo envio à Receita Federal do Brasil.	4,67	
Subtotal		68,60	

Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
8. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	8.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	5,54	
	8.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	5,54	
Subtotal		11,08	

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
9. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	9.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	4,71	
	9.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	4,71	
Subtotal		9,42	

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FGP			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
10. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	10.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	2,37	
	10.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	2,37	
Subtotal		4,74	

Fundo de Aval Bandes			
Serviço	Relatório	% Fat.	Valor Unitário (R\$)
11. Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis.	11.1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – RAI	2,36	
	11.2 Relatório completo sobre o exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis	2,36	
Subtotal		4,72	

#### 4. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

- 4.1. A CONTRATADA deverá considerar os procedimentos de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço previsto. O nível de serviço deverá ser observado em cada relatório entregue. Caso não atenda aos requisitos previstos, a CONTRATADA sofrerá reduções no pagamento devido pelo BANDES, conforme tabela a seguir:

Item	Descumprimento	Penalidades		Referência
		Em R\$	Em pontos	
01	Descumprimento nos prazos de entrega dos Relatórios.	1% do valor do relatório	01	Por dia de atraso
02	Apresentar erros ou falhas na minuta ou relatório final	1% do valor do relatório	01	Por apontamento
04	Não comunicar a substituição de componente da Equipe Técnica por qualquer motivo, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, para aprovação formal do Bandes.	1% do valor do global do contrato	01	Por dia de atraso
05	Apresentar solicitação de documento(s) que já tenha(m) sido comprovadamente disponibilizado(s) para a execução do trabalho de auditoria.	0,25% do valor do global do contrato	01	Por ocorrência

- 4.2. O Acordo de Nível de Serviço (ANS) servirá de base para o valor a ser pago à CONTRATADA pela prestação dos serviços.
- 4.3. Seguem alguns exemplos de erros ou falhas identificadas nas minutas ou relatórios finais que poderão ser apontadas como evidências de descumprimento do item 2 da tabela:
- l. Apresentação com citação de lei, resolução, circular, carta-circular, portaria, decreto, e/ou qualquer outro normativo desatualizado, fora de vigência ou descontextualizado do assunto tratado.
  - m. Apresentação com erros de ortografia, objetividade e clareza textual.
  - n. Apresentação de figuras, quadros, gráficos, borrados, desfigurados, ilegíveis ou incompreensíveis.
  - o. Supressão de apontamento, recomendação ou deficiência que constava em relatório anterior, sem indicação a solução final adotada.
  - p. Descrever nomenclatura de órgão, setor, ou procedimento desatualizado ou divergente da política interna vigente na data base final do relatório.
  - q. Apresentação com números sem padronização única, a exemplo: números negativos entre parentes () e outros números negativos grafados com sinal de subtração “-”.
  - r. Apresentação com erro de somatório.
  - s. Apresentação sem número de páginas ou com índice incorreto.
  - t. Apresentação impresso sem assinatura de próprio punho.
  - u. Registro em relatório final, apontamento ou recomendação, manifestamente em desacordo com à(s) evidência(s) de auditoria apresentada pela Contratante.
  - v. Apresentação com ausência de tema/assunto/declaração fiscal, que compõe o escopo do trabalho.
- 4.4. O percentual de desconto da fatura não ultrapassará a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do relatório e/ou do valor global do contrato.
- 4.5. O BANDES fará abertura de processo administrativo para aplicação de penalidade e rescisão contratual no caso de a Contratada atingir 50 pontos no decorrer da vigência contratual considerando contratação e suas prorrogações.